



MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



**DIRETORIA DE
ADMINISTRAÇÃO**
SETOR DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2024

EDITAL Nº 90/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7034/1/2024

CÓDIGO UASG: 987103

AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Município de São Manuel/SP, torna pública a quem possa interessar, a abertura da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal nº 4139 de 2024 e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/07/2024 ÀS 08H00M

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: A despesa total, estimada em R\$ 316.157,17 (trezentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), onerará os recursos orçamentários e financeiros, reservados na Funcional Programática: 12.361.0015.2211 – Categoria Econômica: 4.4.90.51.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

DÚVIDAS EM RELAÇÃO À OPERAÇÃO DO SISTEMA: consultar o site www.gov.br/compras/pt-br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.



municipiodesaomanuel

municipiodesaomanuel

licitacao@saomanuel.sp.gov.br

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 38124400

Assinado por Ricardo Salazar Neto (Senha) nos termos da Lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx?2c8b0121-1f13-4abb-a0ce-9d6b1baa5880>



2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;





- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.7. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou





jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).





- 3.5.1. no(s) item(ns) exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. no(s) item(ns) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item

4.1.2. Descrição do objeto.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. **Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances nesta licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada (Anexo II) ao último lance ofertado após a





negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Listas de Inidôneos, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada,





exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos [da Lei nº 14.133, de 2021](#), os seguintes documentos:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;





7.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5764/1971;

7.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.3.6. Prova de Regularidade de Obrigações Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/11 e resolução administrativa TST 1470/11

7.3.7. Certidão Municipal referente aos tributos mobiliários (ISS e taxa de funcionamento), do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.8. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Os proponentes deverão apresentar a declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

7.3.9. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

7.3.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.4. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**





7.4.1. Certidão negativa de falência ou em recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 3 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.4.1.1. Em respeito à Súmula 50, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será aceita a participação de empresa que esteja em recuperação judicial, desde que apresente o Plano de Recuperação já homologado e em pleno vigor.

7.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.2.1. Juntamente com as demonstrações exigidas neste item a licitante deverá apresentar a cópia das folhas de abertura e encerramento dos livros, assinado por profissional técnico legalmente habilitado.

7.4.2.2. É vedada a substituição das demonstrações exigidas por balancetes.

7.4.2.3. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

7.4.2.3.1. A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

7.4.2.3.2. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

7.4.2.4. Para as empresas que fazem sua escrituração através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital) poderão apresentar as demonstrações digitais, acompanhadas do respectivo Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital).

7.4.2.5. A demonstração da aptidão econômica do licitante deverá ser comprovada de forma objetiva, nos termos do Art. 69, da Lei Federal nº. 14.133/21, e será aferida observando-se o resultado obtido da aplicação dos seguintes índices econômicos-financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial, calculados com duas casas decimais:

7.4.2.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1. Deverá ainda, possuir Grau de Endividamento Geral igual ou menor que 0,90.

7.4.2.6. A licitante deverá apresentar Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

7.4.2.7. Os índices econômico-financeiros, o Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo exigido serão calculados e/ou conferidos por técnico contábil designado como equipe de apoio à licitação.

7.4.2.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.





7.4.2.9. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL

7.5.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, sendo Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

7.5.2. Indicação do (s) responsável (is) técnico (s) da proponente com habilitação necessária para execução dos serviços, sendo exigida Prova de Registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), na especialidade de engenheiro civil ou arquiteto.

7.5.3. QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL:

7.5.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, executados com as seguintes características mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTITATIVO
1	Execução de Estaca de Reação/Estaca MEGA	UNID	24

A. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

B. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

C. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

7.5.4.1. Apresentação do(s) profissional(is) de nível superior (ENGENHEIRO ou ARQUITETO) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade





profissional competente, sendo que o(s) atestados(s) deverá(ão) demonstrar a execução ou coordenação pretérita satisfatória de serviços (vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos, nos termos da Súmula 23 do TCESP) que envolvam características semelhantes a:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.
1	Execução de Estaca de Reação/Estaca MEGA	UNID

A. A comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos, desde que vinculado, o profissional acima indicado, com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta, nos termos da Súmula 25 do TCESP.

7.6. VISTORIA PRÉVIA:

7.6.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Edital, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

7.6.2. A vistoria ao local da obra poderá ser realizada por representante da licitante devidamente identificado. Para tanto, o interessado deverá solicitar, junto à Administração, o agendamento da sua vistoria – contato com a Diretoria de Educação, telefone: (14) 38422444.

7.6.3. O prazo para Vistoria Técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a sessão pública.

7.6.4. Para a vistoria o representante da licitante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento com foto e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

7.6.5. A realização da Vistoria Técnica É FACULTATIVA, entretanto, impedirá o deferimento de quaisquer pleitos que tenham por objeto aspectos que poderiam ter sido observados ou dirimidos por ocasião da vistoria técnica ao longo da execução do instrumento de contrato decorrente deste certame.

7.6.6. A licitante que optar por realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de realização de Vistoria Técnica, em conformidade com o modelo sugerido no anexo V. Caso a licitante não realize a Vistoria Técnica, deverá apresentar Declaração afirmando possuir ciência de que tinha possibilidade de fazer a visita técnica, mas que ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a Proposta Comercial sem realizar a visita técnica conforme modelo sugerido no anexo VI.

7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.





7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo informado pelo Agente de Contratação/Comissão no chat da sessão pública, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

7.21. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.23. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8. DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante declarado vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pelo e-mail informado em sua proposta, para assinar o contrato por meio de assinador próprio desta Prefeitura, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Para a assinatura do contrato, o licitante deverá abrir o e-mail recebido e acessar o link constante no mesmo e seguir o passo a passo.





8.1.2. O e-mail do licitante para a convocação do item 8.1 será o informado no item 10 da declaração geral preenchida pelo licitante. É de inteira responsabilidade do licitante o preenchimento correto das informações solicitadas, não podendo alegar ausência de recebimento do e-mail ou divergência do mesmo para a sua convocação.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços contratados e demais condições.

8.4. A contratação, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

8.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.6. Garantia da contratação:

8.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

8.6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.





- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação





- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.





10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. As respostas aos pedidos de impugnação ou esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados de forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@saomanuel.sp.gov.br.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/editais/1>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de proposta comercial

Anexo III - Declaração Geral

ANEXO IV – Declaração de indicação do(s) responsável(is) técnico(s)

ANEXO V – Declaração de Vistoria

ANEXO VI - Declaração de não realização de vistoria

ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO VIII - Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Projeto(s), Cronograma Físico-Financeiro, Cálculo do BDI

São Manuel, 28 de junho de 2024

RICARDO SALARO NETO

Prefeito de São Manuel





ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do Objeto

Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula. Local: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Aparecida. Coordenadas geográficas: 22°43'50.6"S 48°36'58.3"W

1.1 Natureza: Serviço com fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos. Enquadrado como não-contínuo tendo em vista que não há necessidade permanente de execução de tarefas, considerando-se o disposto no Estudo Técnico Preliminar.

O objeto da contratação enquadra-se como OBRA e SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, conforme definido nos incisos XII XIII, XIV, XV, XVI, XVIII e XXI do Art. 6º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, podendo ser classificado como reforma de edificações conforme definido na Orientação Técnica IBRAOP OT 002/2009.

1.2 Critério de julgamento: Menor valor global;

1.3 Quantitativo: Conforme planilha orçamentária e o item “Planilha da quantidade e discriminação dos serviços” do Anexo I;

1.4 Prazo de contrato: Vide o item 4 “Vigência do contrato”;

1.5 Recebimento provisório e definitivo: Conforme Artigo 140, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Da garantia: Conforme artigo anterior, parágrafo sexto: “Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias”;

1.7 Custo estimado da contratação: R\$ 316.157,17 (Trezentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e dezessete centavos).

2. Fundamentação da contratação

A Contratação é fundamentada conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar. Não há Plano de Contratação Anual para o exercício de 2024, no entanto, é de praxe da administração a constante manutenção e conservação dos prédios públicos, em especial, os de uso educacional.

3. Descrição da solução como um todo





Trata-se de Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução de Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula, sem ampliação de área construída, com o fornecimento de material, mão de obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita execução da obra.

4. Vigência do contrato

12 meses (360 dias) para o contrato, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.

5. Justificativa

A intervenção de reforço estrutural se faz necessária em virtude da identificação de diversas manifestações patológicas correlacionadas a um recalque diferencial da edificação, com a ocorrência, em especial, de trincas e rachaduras em ângulo na ordem de 45°. Com a execução do reforço estrutural, a edificação voltará a seu equilíbrio de cargas, garantindo a segurança de seus usuários, com a durabilidade e estabilidade esperadas.

As adequações elétricas, por sua vez, são necessárias para a implantação do sistema de ar condicionado, visando melhores condições de uso aos alunos, garantindo ambientes mais salubres, possibilitando um melhor aprendizado. As adequações contemplam alteração no padrão de entrada de energia, dado o aumento da demanda, e implantação da infraestrutura necessária, como eletrodutos e cabos de alimentação, montagem de quadro de energia exclusivo e encaminhamento dos circuitos aos pontos de consumo, entre outros.

6. Requisitos da contratação

Além do já disposto no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos (Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Básico/Executivo), ressaltamos os seguintes requisitos:

6.1 Materiais: Utilização de materiais de primeira qualidade, sendo que a Administração poderá exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade dos materiais empregados;

6.2 Qualificação: As empresas deverão atender às qualificações técnico-operacionais especificadas no edital;

6.3 Subcontratação: A subcontratação será definida no instrumento contratual, quando aplicável;

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:





- É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação;
- A subcontratação parcial é permitida até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração;
- Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

6.4 Garantia contratual: Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.5 Execução dos serviços: Deverão ser executados conforme estabelecem as normas técnicas e especificações dos fabricantes, obedecendo rigorosamente ao Memorial Descritivo e cadernos técnicos dos boletins referenciais. Os serviços deverão preferencialmente ser realizados fora do horário do expediente letivo, como aos fins de semanas e períodos de férias.

6.6 Vistoria: A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

As especificações e requisitos encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Projeto Básico, apêndices deste Termo de Referência.





Além dos critérios eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A. Acessibilidade: observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9050/2004;

B. Geração de resíduos e demais impactos ambientais: observar algumas disposições legais, entre elas as disposições das Resoluções do CONAMA e o disposto nas Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos e outros temas relevantes aos serviços propostos;

C. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): obedecer aos dispostos na Norma Regulamentadora NR -18 e demais Normas de Segurança do Trabalho;

D. Boas práticas de valores éticos e socioambientais: cumprindo todas as normas vigentes no que concerne ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e retenções da Previdência Social, assim como obrigações decorrentes de Convenções ou Acordos Coletivos da categoria profissional que presta o serviço terceirizado contratado, observando também as normas de saúde, ambientais e de segurança do trabalho.

7. Modelo de execução contratual

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1 Data para início da execução do objeto: Em até 05 dias úteis após a expedição da Ordem de Serviço (OS);

7.2 Local e horário da prestação de serviço: EMEF Hélio da Silva, localizada à Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Aparecida, entre 7:00hs e 17:00hs ou conforme horário de funcionamento da unidade.

7.3 Cronograma de realização dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS 01	MÊS 02
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%	
2	REFORÇO ESTRUTURAL	80%	20%
3	ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS	50%	50%
4	INFRAESTRUTURA AR-CONDICIONADO		100%
5	FECHAMENTOS INTERNOS		100%
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		100%





- **Materiais a serem disponibilizados:** Materiais de primeira qualidade com aprovação prévia da Administração. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário ;

- **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:** O prédio em questão se encontra em funcionamento e comporta alunos durante os horários letivos, portanto, deve-se solicitar à direção da respectiva unidade e à Diretoria de Educação a paralisação (caso necessária) das atividades nos blocos específicos para a execução dos serviços;

- **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. Modelo de Gestão do Contrato

O Fiscal deste Contrato será o Sr. Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil.

O Gestor deste Contrato será o Sr. Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil.

8.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118). A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada,





devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput). A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- Execução em conformidade à Ordem de Serviço (local, data, tipo de serviço e quantidades);
- Execução do serviço em tempo hábil;





- Qualidade do serviço executado;
- Compatibilidade dos materiais utilizados com os materiais contratados;
- Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços;
- Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços;
- Recusar-se a executar uma ordem de serviço, sem motivo justificado;
- Executar qualquer serviço sem prévia autorização;
- Danificar ou comprometer os espaços públicos durante a execução dos serviços;
- Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços;
- Entregar com presteza e integralidade a documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato;
- Entregar com presteza e integralidade os esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS para fins de pagamento, mediante depósito em conta corrente a ser informada no momento da assinatura do contrato.





8.3. DO RECEBIMENTO

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado, no prazo de 15 dias, contado da entrega da documentação acima, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

- Em caso de rejeição dos serviços, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.
- Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.





Para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização poderá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

- Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO NÃO EXCLUIRÁ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SOLIDEZ E PELA SEGURANÇA DO SERVIÇO NEM A RESPONSABILIDADE ÉTICO PROFISSIONAL PELA PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1 Seleção e critério de julgamento

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL.

9.2 Regime de execução

O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

9.3 Critérios de aceitabilidade de preços

O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.





O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

10. Estimativas do valor da contratação

O custo estimado total da contratação é de R\$ 316.157,17 (Trezentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária anexa.

11. Adequação orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.





MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



**DIRETORIA DE
ADMINISTRAÇÃO**
SETOR DE LICITAÇÕES

ANEXO II - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2024

Razão Social do Proponente: _____

CNPJ: _____ Inscr. Estadual: _____

Endereço: _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital

VALOR TOTAL DA PROPOSTA COMERCIAL: R\$ (.....).

A licitante declara que adotou **Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)** de: _____% (.....).

A licitante declara que adotou **Encargos Sociais (ES)** de _____% (.....).

A licitante Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

A licitante Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as condições do EDITAL e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

A licitante Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida nos Anexos deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra.

A licitante apresenta anexo à esta proposta comercial, as Planilhas de composição de preços e Cronograma Físico Financeiro, conforme modelos em anexo, adequados ao valor de sua proposta.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da sessão de abertura da licitação.

DATA: _____/_____/2024

nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador



municipiodesaomanuel

municipiodesaomanuel

licitacao@saomanuel.sp.gov.br

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 38124400

Assinado por Ricardo Salazar Neto (Senha) nos termos da Lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx?2c8b0121-1f13-4abb-a0ce-9d6b1baa5880>



ANEXO III

DECLARAÇÃO GERAL

Concorrência Eletrônica nº 90003/2024

Processo Administrativo n.º 7034/1/2024

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA:**

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
3. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições





análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;

11. que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual;

12. o e-mail: _____, como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações, notificações, envio do termo de contrato/ata de registro de preços, e pedidos de compra.

13. os dados do representante legal da licitante que deverão constar no contrato para formalização são: Nome : _____, CPF: _____, RG: _____, Cargo: _____.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2024

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

Concorrência Eletrônica nº 90003/2024

Processo Administrativo n.º 7034/1/2024

A empresa _____, com sede na _____, nº _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, neste ato relaciona os técnicos que ficarão vinculados a execução do objeto em questão, bem como, informar estar ciente de que, em caso de necessidade de substituição de referidos profissionais, está obrigada a substituí-los por profissionais de experiência equivalente ou superior, nos termos do art. 67, parágrafo 6º da Lei Federal 14133/2021.

NOME:

QUALIFICAÇÃO:

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2024

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Concorrência Eletrônica nº 90003/2024

Processo Administrativo n.º 7034/1/2024

A empresa _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que compareceu, ao(s) local(is) da(s) obra(s), para vistoria *in loco*, bem como, obter as informações que entendeu necessárias para o perfeito conhecimento do objeto desta licitação, e que está ciente de todas as condições gerais e peculiares do(s) local(is) de execução.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2024

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR VISTORIA TÉCNICA

Concorrência Eletrônica nº 90003/2024

Processo Administrativo n.º 7034/1/2024

A empresa _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que tem plena ciência de que tinha possibilidade de fazer a vistoria técnica, mas ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por não fazê-la e por formular a Proposta Comercial sem a realização da vistoria, e que no decorrer da execução contratual não poderemos alegar qualquer desconhecimento de questões técnicas que poderiam ter sido verificadas por ocasião da vistoria.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2024

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

Contrato nº XXXX/202X

Processo Administrativo nº 7034/2024 – Concorrência Eletrônica nº 90003/2024

Valor total: R\$ XXXXXX.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518, Centro, na Cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF nº 46.634.523/0001-90, neste ato representado por XXXXXXXX, (CARGO), brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº XXXXXXXX XXX/XX e do CPF/MF sob nº XXXXXXXXXX, doravante designado simplesmente por **CONTRATANTE**, e de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.: XXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXX, nº XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX/XXXX – CEP: XXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.: XXXXXXXX XXX/XX e inscrito(a) no CPF/MF n.: XXXXXXXXX, com endereço na na XXXXXXXXX, nº XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX/XXXX – CEP: XXXXX, citada adiante designada como **CONTRATADA**, têm entre si, de acordo com os elementos constantes na Concorrência Eletrônica nº. 90003/2024 – Processo Administrativo nº. 7034/2024, e ainda com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa XXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DO CONTRATO

2.1. Obedecendo a programação fixada no Cronograma Físico-Financeiro, os prazos serão contados em dias úteis, e se iniciarão a partir da data fixada na Ordem de Início de Serviços emitida pelo gestor do contrato e para todos os efeitos, se darão da seguinte forma:

2.1.1. Para início: A execução dos serviços contratados se iniciarão em até 05 (cinco) dias após a data fixada na ordem de início de serviços;

2.1.2. Para conclusão da obra: XXXXXXXXXXXXXXXX, respeitado o cronograma de execução, contados a partir da data fixada na ordem de início de serviços.

2.1.3. O presente contrato vigorará pelo prazo de XXXXXXXX, contados contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pelo Gestor do Contrato, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração concorda com a prorrogação do presente contrato, com a indicação do tempo que deverá ser prorrogado;

b) Haja manifestação expressa do contratado, com a apresentação dos motivos e justificativa para necessidade de prorrogação;





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

- c) Apresentação do novo Cronograma Físico-Financeiro.
2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXXXXXX (XXXXXXXX), no qual se incluem, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços objeto do contrato, inclusive despesas com materiais, equipamentos, transportes, fretes, mão de obra (especializada ou não), remuneração, instalação de canteiros fornecimento e instalação de placas, ensaios, bem como todos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da prestação dos serviços.

3.2. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 3.2.1.** O Termo de Referência;
- 3.2.2.** O Edital da Licitação;
- 3.2.3.** A Proposta do contratado;
- 3.2.4.** Cronograma Físico-Financeiro;
- 3.2.5.** Memorial Descritivo;
- 3.2.6.** Planilhas e Projetos;
- 3.2.6.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O regime de execução da obra e serviços especificados no Termo de Referência e Memorial Descritivo será indireto, na modalidade de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra a ser executado.

4.2. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização de execução da obra e serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos anexos ao edital, e, em especial os seguintes: proposta da CONTRATADA, projetos, caderno de especificações (termo de referência/memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais), cronograma físico financeiro de desenvolvimento da obra e serviços.

4.3. A execução do CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº. 14. 133 de 1º de abril de 2021, aplicando-se supletivamente os princípios a teoria geral dos contratos e as regras de Direito Privado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da nota fiscal e/ou fatura, obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade/apresentação da fatura/Nota Fiscal.

5.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

5.3. As medições serão efetuadas a cada 30 (trinta) dias pela FISCALIZAÇÃO e consistirão no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, respeitando o cronograma físico financeiro e sobre as quais incidirão os correspondentes preços.

5.3.1. Somente serão medidos os serviços executados, concluídos e aceitos pela fiscalização, podendo esta glosar a medição caso a CONTRATADA não atinja os quantitativos previstos no cronograma físico financeiro de cada etapa.

5.4. Quando se tratar de obras pagas através de convênios, termos de repasse ou outros meios equivalentes, as medições e pagamentos deverão respeitar as metas, regras, periodicidade e cronograma de desembolso estipulado pelo convenio, termo de repasse ou equivalente, que constam em anexo ao edital, e neste caso a fiscalização só autorizará a CONTRATADA a emitir a(s) fatura(s) após o cumprimento das metas previstas no convenio para liberação da verba.

5.4.1. Caso o cronograma de desembolso do convenio, termo de repasse ou equivalente, englobe em suas metas mais de um mês previsto no cronograma físico financeiro da obra, a CONTRATADA poderá apresentar suas medições mensais, porém estas só serão aprovadas e atestadas pela fiscalização após o cumprimento das metas previstas pelo convenio, termo de repasse ou equivalente, e só então poderá ser emitida a nota fiscal/fatura.

5.4.2. Caso nas regras do convenio, termo de repasse ou equivalente, prescindir de liberação formal por estes da medição, para repasse das verbas, as medições só serão aprovadas para emissão da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA após vencido o tramite previsto.

5.5. A CONTRATANTE terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da realização da medição, para expedição do EMPENHO, que propiciará a emissão da fatura/Nota Fiscal pela CONTRATADA, ressalvado as situações previstas na cláusula 5.4. deste contrato.

5.5.1. Caso haja necessidade de a autorização ser emitida pelo Compromitente, Conveniente ou terceiro indicado por estes, nos termos de compromisso ou de convenio firmados, a CONTRATADA deverá aguardar a autorização destes para emitir a fatura/nota fiscal.

5.6. A devolução de qualquer fatura/Nota Fiscal por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

5.7. Para pagamento é necessário que a CONTRATADA, além da execução dos serviços registrados pelas medições tenha cumprido todas as outras exigências contratuais e atendido eventuais requisições da fiscalização, sem o que as fatura/Nota Fiscais não serão aceitas.

5.8. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

b) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União;

c) Certidão negativa de Débitos da fazenda Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da lei;

d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada ;

5.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

5.10. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

5.11. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 5.8, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade por descumprimento contratual ou rescisão contratual, conforme o caso.

5.12. A CONTRATADA deverá apresentar documento com as devidas discriminações referentes aos valores de materiais e mão de obra, sob pena de RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL na forma da lei.

5.13. A expedição do EMPENHO e o pagamento realizado pela CONTRATANTE não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e nem implicarão na aceitação provisória ou definitiva da obra/serviços.

5.14. A não aceitação da obra/serviço ou parcela de obra/serviço e a prorrogação do prazo de validade de sua conclusão, sem a correspondente alteração da validade da garantia, quando for o caso, acarretarão a suspensão imediata do pagamento, independentemente das demais prescrições legais.

5.15. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos orçamentários do exercício financeiro vigente, conforme funcional programática 12.361.0015.2211, categoria econômica 4.4.90.51.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATANTE manterá profissional/comissão legalmente habilitado(s) para acompanhar a execução do objeto do presente CONTRATO, exercendo a fiscalização em todos os seus aspectos, competindo-lhe ainda a verificação e a liberação dos serviços, para fins de pagamento e demais exigências legais, inclusive para o RECEBIMENTO PROVISÓRIO da obra, mantendo tudo devidamente anotado no DIÁRIO DE OBRA.

6.2. Poderá a CONTRATANTE se valer de assessoramento de profissionais ou de empresas especializadas para a execução deste mister.

6.3. A presença da fiscalização da CONTRATANTE não diminui ou exclui qualquer obrigação/responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

7.1. O contratado apresentará, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por seguro-garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, no valor de R\$ xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado.

7.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de XXXXXX meses.

7.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 7.5 deste contrato.

7.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

7.6. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

7.6.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na cláusula 15.2.5 deste contrato

7.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

7.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.

7.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Setor de Tesouraria da Prefeitura de São Manuel.

7.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

7.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

7.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

7.21. Poderá a CONTRATANTE descontar da garantia toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA inclusive as multas aplicadas à empresa CONTRATADA.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

7.22. Desfalcada a garantia prestada pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a CONTRATADA, para, no prazo de 5 (cinco dias) úteis, complementar o valor, sob as penas previstas no item 15.2.5 deste contrato.

7.23. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA, condicionada à inexistência de multa e/ou qualquer outra pendência e mediante requerimento da CONTRATADA.

7.24. A liberação ou restituição da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

7.25. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

8.1. Os valores contratados poderão ser repactuados em decorrência de eventual de fato que eleve o custo dos bens nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

8.2. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o valor contratado, a Administração poderá atualizar o valor contratado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.3. O reajuste e a repactuação serão realizados por Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA, além de responder, civil e criminalmente, por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, é obrigada a executar a obra e serviços em perfeitas condições, utilizando a melhor técnica e de acordo com os Edital da Licitação bem como seus anexos, em estrita obediência à legislação vigente, às disposições aplicáveis e às determinações da Fiscalização.

9.2. Caberá ainda à CONTRATADA:

9.2.1. Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transporte em geral, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;

9.2.2. Observar a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a segurança do trabalho e as regras de higiene estabelecidas na legislação em vigor;

9.2.3. Manter os locais de trabalho permanentemente limpos e desimpedidos;

9.2.4. Facilitar todas as atividades da CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;

9.2.5. Atender prontamente às reclamações da CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

9.2.6. Quanto à qualidade dos materiais, se obriga também, de um lado, a pagar as despesas relativas a laudos técnicos e a exames em ensaios de materiais a serem empregados na obra, que serão realizados em local determinado pela CONTRATANTE, e, de outro, a utilizar os materiais de marcas indicadas, ou aceitas pela Fiscalização, substituindo inclusive aqueles já instalados;

9.2.7. Sujeitar-se à análise e estudos dos projetos caderno de especificações (memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais) e dos demais documentos que os complementam, fornecidos pela CONTRATANTE, para execução dos serviços, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos, nem mesmo pedido de ressarcimento por despesas de custos e/ou serviços não cotados. Na hipótese de serem constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá ser comunicado o fato, por escrito, à CONTRATANTE, para que os defeitos sejam sanados;

9.2.8. Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo à convocação da CONTRATANTE, para reunião de avaliação;

9.2.9. Manter, no local dos serviços, o Diário de Obras, em 03 (três) vias, onde tanto a CONTRATADA como a CONTRATANTE deverão registrar tudo o que julgarem conveniente, para a comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do CONTRATO;

9.2.10. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.11. Não alojar seu pessoal de produção na área da obra da CONTRATANTE, a não ser vigias e seguranças, em número previamente limitado pela CONTRATANTE;

9.2.12. Fornecer e colocar placa indicativa da obra, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE;

9.2.13. Proceder à remoção de entulhos, bem como retirada de máquinas, equipamentos, instalações e demais bens de sua propriedade para fora dos próprios da CONTRATANTE, após a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE;

9.2.14. Manter a obra e serviços executados em perfeitas condições de conservação e funcionamento, até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

9.2.15. Manter a guarda e a vigilância da obra/serviços até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, inexistindo, por parte da CONTRATANTE, qualquer responsabilidade por furtos, roubos, e travios ou deteriorações;

9.2.16. Responsabilizar-se por quaisquer diferenças, erros ou omissões em que vier a fornecer à CONTRATANTE;

9.2.17. Responsabilizar-se pelo pagamento das indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por dolo ou culpa, a empregados ou bens da CONTRATANTE ou a terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade;

9.2.18. Responsabilizar-se por apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, caso fortuito ou força maior, válida para todas as suas instalações, equipamentos, materiais, canteiro de obras e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais contra terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PESSOAL DA CONTRATADA

10.1. Nos serviços a serem executados, a CONTRATADA empregará pessoal, quer de direção, quer de execução, de reconhecida competência e aptidão, sendo a mesma considerada como única e exclusiva empregadora.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

10.2. A CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA julgado incompetente, inábil ou prejudicial à disciplina, sem responsabilidade ou ônus para a CONTRATANTE.

10.3. A substituição do profissional responsável ou de qualquer integrante da equipe técnica deverá ser previamente aceita pela CONTRATANTE, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, indicando o substituto e o número de seu registro, fazendo-se acompanhar do respectivo currículo.

10.4. A CONTRATADA não poderá contratar pessoal que seja servidor da CONTRATANTE.

10.5. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.6. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar da CONTRATADA a documentação referente aos contratos de trabalho de seus empregados e dos empregados da(s) sub CONTRATADA(s), que se encontrarem trabalhando no local da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

11.1.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

11.1.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

11.1.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados e liberar as áreas destinadas ao serviço

11.1.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e efetivando avaliação periódica;

11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

11.1.6. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos e efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

11.1.7. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

11.1.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

11.1.9. Atestar a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

11.1.10. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipulados na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

11.2. A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A CONTRATADA não poderá transferir, ceder ou subcontratar o total do objeto do presente CONTRATO, sob pena de rescisão.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

12.2. A transferência ou subcontratação de parte do objeto do CONTRATO poderá ser concretizado mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a CONTRATADA sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor subcontratado, cedido ou transferido;

12.2.1. A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela CONTRATADA, devendo observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. O pedido de transferência, cessão ou subcontratação deverá ser formalizado pela CONTRATADA, com 30 (trinta) dias de antecedência à concretização do ato, devidamente instruído com a apresentação do acervo técnico da subcontratada, certificado pelo CREA e demais documentos inerentes;

12.4. Inexistirá qualquer vínculo contratual entre a subcontratada e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento do CONTRATO será a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este CONTRATO poderá ser alterado nos termos do disposto nos artigos 124 a 136 da Lei Federal no 14.133/21, mediante o correspondente Termo Aditivo.

13.2. Os preços unitários para serviços decorrentes de modificações do projeto ou das especificações, para efeito de acréscimos, serão os que houverem sido contemplados no contrato, ou quando nele não existirem, deverão ser aqueles constantes do mercado aplicado o desconto percentual da proposta CONTRATADA.

13.3. O as alterações contratuais deverão ser instruídas com o Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, resultante da alteração, caso este seja impactado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.

14.2. Concluída a obra, inclusive os serviços eventualmente autorizados em aditamento, e estando os mesmos em perfeitas condições e verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, serão recebidos provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, dentro de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita por parte da CONTRATADA, que lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, com validade de 60 (sessenta) dias, assinado também pelo preposto da CONTRATADA.

14.3. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, caso os serviços de correção de irregularidades que porventura foram verificadas durante esse prazo e tiverem sido executados e aceitos pela Fiscalização e com o devido atendimento das exigências contratuais, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo de até 15 (quinze) dias.

14.4. A Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, está condicionado ao atendimento das exigências contratuais e ainda à limpeza dos locais abrangidos pela execução dos serviços.

14.5. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

15.1. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.1.1. advertência;

15.1.2. multa;

15.1.3. impedimento de licitar e contratar;

15.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

15.2.1. Multa 1 % (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 20 (vinte) dias.

15.2.2. No caso de atraso por período superior a 20 (vinte) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA devido a inexecução total do contrato, aplicando-se a pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

15.2.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, caso esta cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo poderá ainda ocorrer a aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

15.2.4. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

15.2.5. A diminuição do ritmo da obra/serviços por culpa exclusiva da CONTRATADA e o não atendimento às determinações da CONTRATANTE, nos prazos a serem fixados para adequação ao cronograma de obra, contados do recebimento da notificação, sujeitarão a CONTRATADA às sanções de Advertência, não sendo corrigido ou na reincidência caberá a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, que incidirá sobre o valor global do CONTRATO, considerando, para tanto, eventuais reajustamentos.

15.2.6. Pelo descumprimento das obrigações contratuais de baixa gravidade, assim consideradas aquelas que não impliquem em inexecução total ou parcial do objeto com multas autônomas previstas nos itens anteriores, a Administração aplicará primeiramente às sanções de Advertência, caso persista o descumprimento ou na reincidência, caberá a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência.

15.2.6.1. Considera-se reincidência cada nova notificação para correção de eventual descumprimento de obrigações contratuais que não tenha sido atendido no prazo especificado.

15.2.7. As multas são autônomas e aplicação de uma não exclui a de outras.

15.2.8. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos e/ou da garantia prestada.

15.2.9. Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

15.2.10. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE, sob pena de imposição da multa prevista no item 15.2.5.

15.3. Para aplicação das sanções de multa será facultado facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei 14.133/21 .

15.4. Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21 .

15.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21 , observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO / RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. A inexecução total ou parcial poderá ensejar a rescisão do CONTRATO, nos termos dos artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

16.2. A extinção contratual poderá ser realizada nas formas previstas no art. 138 da Lei 14.133/21 .

16.3. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SUPORTE LEGAL

19.1. O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores modificações, e, ainda, por demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

21.2. Todas as comunicações, avisos ou notificações realizadas pela administração, serão dirigidos aos e-mails informados junto a proposta ou habilitação da empresa, devendo esta informar prontamente caso haja alteração.

21.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

21.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

21.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

21.6. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, e compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.7. Fica fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da CONTRATADA e a ata da sessão pública.

21.8. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

21.9. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

21.10. As partes poderão utilizar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, nos termos dos arts. 151 a 154 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Manuel/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

22.2. E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento.

O presente contrato foi digitado pelo funcionário XXXXXXXX, matrícula XXXXXX, lido e achado conforme assinam este instrumento, as Partes, o Gestor do Contrato e as Testemunhas.

São Manuel, XXXXX de XXXXX de 202X.

Representante legal do CONTRATANTE





MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



 [municipiodesaomanuel](http://municipiodesaomanuel.sp.gov.br)

 [municipiodesaomanuel](https://www.facebook.com/municipiodesaomanuel)

 contratos@saomanuel.sp.gov.br

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 3812-

Assinado por Ricardo Salazar Neto (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx?2c8b0121-1f13-4abb-a0ce-9d6b1baa5880>



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: XXXXXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7034/2024 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2024

GESTOR DO CONTRATO: XXXXX

RESPONSÁVEL PELO ATO: XXXXX

CONTRATADA: XXXXXX

OBJETO: Tem como objeto a contratação de empresa XXXXXXXX.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Manuel, XXXX de XXXXX de 202X.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:





MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

CONTRATADA:

Nome: XXXXXX

Cargo: XXXXXXXX

CPF: XXXXX

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: XXXX

Cargo: XXXXX

CPF: XXXXX



 [municipiodesaomanuel](https://www.facebook.com/municipiodesaomanuel)

 [municipiodesaomanuel](https://www.facebook.com/municipiodesaomanuel)

 contratos@saomanuel.sp.gov.br

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 3812-

Assinado por Ricardo Salgado Neto (Senha) nos termos da Lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx?2c8b0121-1f13-4abb-a0ce-9d6b1baa5880>



MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL

CNPJ Nº:

CONTRATADA: XXXXXXX

CNPJ Nº: XXXXXX

CONTRATO Nº: XXXXX/20XX

VIGÊNCIA: XXX (XXX) meses, contados da sua eficácia.

OBJETO: Tem por objeto a XXXXXXXX.

VALOR: R\$ XXXXXXXX

Declaro na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- I) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- II) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- III) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- IV) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- V) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

São Manuel, ____ de XXXXXXX de 20XX.

XXXXXX
XXXXXX
Email: XXXXXXXX



[municipiodesaomanuel](http://municipiodesaomanuel.sp.gov.br)

[municipiodesaomanuel](https://www.facebook.com/municipiodesaomanuel)

contratos@saomanuel.sp.gov.br

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 3812-

Assinado por Ricardo Salazar Neto (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx?2c8b0121-1f13-4abb-a0ce-9d6b1baa5880>




MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



**DIRETORIA DE
ADMINISTRAÇÃO**
SETOR DE LICITAÇÕES


**ANEXO VIII - Planilha Orçamentária, Memorial
Descritivo, Projeto(s), Cronograma Físico-Financeiro,
Cálculo do BDI**

<div></div> <div>MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL</div>			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL		Referências orçamentárias:			Regime de empreitada global		
			DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS		Base	Nº	Publicação			
			Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula		CDHU	193	Fevereiro/2024	Serviços com fornecimento de material,		
			Endereço: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP		SINAPI	02/2024	20/03/2024	mão-de-obra e equipamentos		
			Elaboração: Abril/2024		SIURB	JAN/2024	14/05/2024	BDI: 20,34%		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO MAT. + M.O.		TOTAL	TOTAL COM BDI	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$	953,81		
1.1	CDHU	02.08.040	Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon	2,40	M2	R\$	330,25	R\$ 792,60	R\$ 953,81	
2	REFORÇO ESTRUTURAL						R\$	178.359,14		
2.1	DEMOLIÇÃO E ESCAVAÇÃO - CALÇADA EXTERNA						R\$	4.524,59		
2.1.1	CDHU	03.01.230	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material	8,67	M3	R\$	305,43	R\$ 2.648,08	R\$ 3.186,70	
2.1.2	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	10,40	M3	R\$	106,90	R\$ 1.111,76	R\$ 1.337,89	
2.2	REFORÇO - ESTACAS MEGA						R\$	158.860,00	(JÁ INCLUSO BDI NA COTAÇÃO)	
2.2.1	COTAÇÃO	1	REFORÇO ESTRUTURAL COM ESTACAS MEGA - POR PONTO EXECUTADO - COMPLETO (Abertura de valas, demolição de pisos, cravação das estacas de reação até a nega - independente da profundidade, acompanhamento técnico e mão-de-obra especializada, fechamento das valas com compactação, não incluso reconstrução de pisos)	47,00	un	R\$	3.380,00	R\$ 158.860,00	R\$ 158.860,00	
2.3	FECHAMENTO DAS VALAS						R\$	3.121,10		
2.3.1	CDHU	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	1,70	M3	R\$	507,80	R\$ 863,26	R\$ 1.038,85	
2.3.2	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	1,70	M3	R\$	171,74	R\$ 291,96	R\$ 351,34	
2.3.3	CDHU	06.14.020	Carga manual de solo	4,70	M3	R\$	12,22	R\$ 57,43	R\$ 69,12	
2.3.4	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	5,64	M3	R\$	106,90	R\$ 602,92	R\$ 725,55	
2.3.5	CDHU	17.03.040	Cimentado desempenado e alisado (queimado)	20,00	M2	R\$	38,90	R\$ 778,00	R\$ 936,25	
2.4	NOVA CALÇADA EXTERNA						R\$	11.853,45		
2.4.1	CDHU	54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	123,80	M2	R\$	3,66	R\$ 453,11	R\$ 545,27	
2.4.2	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	2,48	M3	R\$	195,86	R\$ 485,73	R\$ 584,53	
2.4.3	SINAPI	94.992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	123,80	M2		71,98	R\$ 8.911,12	R\$ 10.723,65	
3	ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS						R\$	98.839,90		
3.1	INSTALAÇÃO DE NOVO PADRÃO DE ENTRADA						R\$	31.807,46		
	Rasgo em alvenaria									
3.1.1	CDHU	03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	0,12	M3	R\$	81,44	R\$ 9,77	R\$ 11,76	
3.1.2	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	0,14	M3	R\$	106,90	R\$ 14,97	R\$ 18,01	
	Instalação Poste Padrão CPFL C6 - COMPLETO									
3.1.3	COMPOSIÇÃO	C01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA - CATEGORIA C6 - COMPLETO, INCLUSO TODOS OS COMPONENTES	1,00	un	R\$	11.551,67	R\$ 11.551,67	R\$ 13.901,28	
	Retirada poste existente e fechamento do muro									
3.1.4	SIURB	9.060.002	RETIRADA DE POSTE DE ENTRADA DE ENERGIA EM BAIXA TENSÃO - CONCRETO	1,00	UN	R\$	276,08	R\$ 276,08	R\$ 332,23	
3.1.5	CDHU	14.04.200	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 9 cm	0,80	M2	R\$	70,67	R\$ 56,54	R\$ 68,04	
3.1.6	CDHU	17.02.030	Chapisco 1:4 com areia grossa	1,60	M2	R\$	6,19	R\$ 9,90	R\$ 11,92	
3.1.7	CDHU	17.02.120	Emboço comum	1,60	M2	R\$	22,76	R\$ 36,42	R\$ 43,82	
3.1.8	CDHU	17.02.220	Reboco	1,60	M2	R\$	13,22	R\$ 21,15	R\$ 25,45	



por Angelo Henrique Dinhane Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.


lidação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 70e7448d-e5a2-46cf-b644-c2873bfabdec

<div></div> <div>MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL</div>			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL	Referências orçamentárias:			Regime de empreitada global	
			DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS	Base	Nº	Publicação		
			Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula	CDHU	193	Fevereiro/2024	Serviços com fornecimento de material,	
			Endereço: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP	SINAPI	02/2024	20/03/2024	mão-de-obra e equipamentos	
			Elaboração: Abril/2024					
			SIURB	JAN/2024	14/05/2024	BDI: 20,34%		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL COM BDI
						MAT. + M.O.		
3.1.9	CDHU	33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	1,60	M2	R\$ 33,07	R\$ 52,91	R\$ 63,67
	Novo quadro geral							
3.1.10	CDHU	37.04.290	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 56 DIN / 40 Bolt-on - 225 A - sem componentes	1,00	UN	R\$ 1.402,22	R\$ 1.402,22	R\$ 1.687,43
3.1.11	SIURB	9.008.050	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 200A COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO AJUSTÁVEL	1,00	UN	R\$ 2.372,90	R\$ 2.372,90	R\$ 2.855,55
3.1.12	SIURB	9.008.046	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 100A COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO AJUSTÁVEL	1,00	UN	R\$ 1.274,55	R\$ 1.274,55	R\$ 1.533,79
3.1.13	SIURB	9.008.048	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 150A COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO AJUSTÁVEL	1,00	UN	R\$ 1.274,54	R\$ 1.274,54	R\$ 1.533,78
3.1.14	CDHU	37.10.010	Barramento de cobre nu	1,80	KG	R\$ 118,99	R\$ 214,18	R\$ 257,75
	Interligação - Poste de entrada e Novo Quadro Geral							
3.1.15	CDHU	03.01.020	Demolição manual de concreto simples	0,34	M3	R\$ 223,96	R\$ 76,15	R\$ 91,63
3.1.16	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	0,41	M3	R\$ 106,90	R\$ 43,83	R\$ 52,74
3.1.17	CDHU	06.02.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	1,69	M3	R\$ 61,08	R\$ 103,23	R\$ 124,22
3.1.18	CDHU	38.13.030	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 75 mm, com acessórios	6,75	M	R\$ 17,49	R\$ 118,06	R\$ 142,07
3.1.19	SINAPI	97883	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,5 M. AF_12/2020	2,00	UN	R\$ 437,37	R\$ 874,74	R\$ 1.052,66
3.1.20	CDHU	06.11.040	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	2,03	M3	R\$ 19,00	R\$ 38,57	R\$ 46,42
3.1.21	CDHU	38.04.140	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2 1/2" com acessórios	8,20	M	R\$ 119,07	R\$ 976,37	R\$ 1.174,97
3.1.22	CDHU	40.06.140	Condutete metálico de 2 1/2"	6,00	CJ	R\$ 204,90	R\$ 1.229,40	R\$ 1.479,46
3.1.23	CDHU	39.21.110	Cabo de cobre flexível de 95 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	36,80	M	R\$ 79,01	R\$ 2.907,57	R\$ 3.498,97
3.1.24	CDHU	39.21.090	Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	9,20	M	R\$ 45,06	R\$ 414,55	R\$ 498,87
	Recomposição concreto - calçadas							
3.1.25	CDHU	11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	0,34	M3	R\$ 507,80	R\$ 172,65	R\$ 207,77
3.1.26	CDHU	11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	0,34	M3	R\$ 85,87	R\$ 29,20	R\$ 35,13
	Interligação - Novo Quadro Geral - Quadro Existente							
3.1.27	CDHU	38.04.120	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2" com acessórios	2,50	M	R\$ 90,65	R\$ 226,63	R\$ 272,72
3.1.28	CDHU	40.06.120	Condutete metálico de 2"	2,00	CJ	R\$ 100,50	R\$ 201,00	R\$ 241,88
3.1.29	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	12,00	M	R\$ 31,98	R\$ 383,76	R\$ 461,82
3.1.30	CDHU	39.21.070	Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	3,00	M	R\$ 22,61	R\$ 67,83	R\$ 81,63
3.2 INFRAESTRUTURA ELÉTRICA						R\$ 67.032,44		
3.2.1 ALIMENTAÇÃO QDFAC								
Eletrocalha								
3.2.1.1	CDHU	38.22.120	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, com acessórios	63,00	M	R\$ 142,48	R\$ 8.976,24	R\$ 10.802,01
3.2.1.2	CDHU	38.22.630	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 150 mm	63,00	M	R\$ 67,06	R\$ 4.224,78	R\$ 5.084,10
3.2.1.3	CDHU	38.23.120	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x100 mm	42,00	UN	R\$ 30,07	R\$ 1.262,94	R\$ 1.519,82
3.2.2 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO E DISJUNTORES								
3.2.2.1	SIURB	9005017	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EM CHAPA METÁLICA - PARA ATÉ 44 DISJUNTORES	1,00	UN	R\$ 1.683,29	R\$ 1.683,29	R\$ 2.025,67



Assinado por Angelo Henrique Dinhané Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.


Validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 70e7448d-e5a2-46cf-b644-c2873bfabdec

<div></div> <div>MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL</div>			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL		Referências orçamentárias:			Regime de empreitada global	
			DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS		Base	Nº	Publicação		
			Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula		CDHU	193	Fevereiro/2024	Serviços com fornecimento de material,	
			Endereço: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP		SINAPI	02/2024	20/03/2024	mão-de-obra e equipamentos	
			Elaboração: Abril/2024		SIURB	JAN/2024	14/05/2024	BDI: 20,34%	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO		TOTAL	TOTAL COM BDI
							MAT. + M.O.		
3.2.2.2	SIURB	9.008.048	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 150A COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO AJUSTÁVEL	1,00	UN	R\$	1.274,54	R\$ 1.274,54	R\$ 1.533,78
3.2.2.3	CDHU	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	10,00	UN	R\$	136,16	R\$ 1.361,60	R\$ 1.638,55
3.2.2.4	CDHU	37.17.060	Dispositivo diferencial residual de 25 A x 30 mA - 2 polos	10,00	UN	R\$	207,05	R\$ 2.070,50	R\$ 2.491,64
3.2.3			ALIMENTAÇÃO DOS ARES-CONDICIONADOS						
3.2.3.1	CDHU	38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios	35,00	M	R\$	50,94	R\$ 1.782,90	R\$ 2.145,54
3.2.3.2	CDHU	38.21.920	Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios	72,00	M	R\$	85,00	R\$ 6.120,00	R\$ 7.364,81
3.2.3.3	CDHU	38.22.620	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100 mm	72,00	M	R\$	48,85	R\$ 3.517,20	R\$ 4.232,60
3.2.3.4	CDHU	38.23.020	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50 mm	48,00	UN	R\$	23,64	R\$ 1.134,72	R\$ 1.365,52
3.2.3.5	CDHU	40.06.060	Condulete metálico de 1"	20,00	CJ	R\$	44,42	R\$ 888,40	R\$ 1.069,10
3.2.4			CABEAMENTO						
			ALIMENTAÇÃO QDFAC						
3.2.4.1	CDHU	39.21.100	Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	256,00	M	R\$	61,14	R\$ 15.651,84	R\$ 18.835,42
3.2.4.2	CDHU	39.21.080	Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	64,00	M	R\$	31,98	R\$ 2.046,72	R\$ 2.463,02
			ALIMENTAÇÃO PONTOS DE CONSUMO						
3.2.4.3	CDHU	39.02.020	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	593,10	M	R\$	6,25	R\$ 3.706,88	R\$ 4.460,85
4	INFRAESTRUTURA AR-CONDICIONADO						R\$ 15.318,68		
4.1	CAIXAS DE PASSAGEM E DRENO						R\$ 3.130,28		
4.1.1	CDHU	43.20.130	Caixa de passagem para condicionamento de ar tipo Split, com saída de dreno único na vertical - 39 x 22 x 6 cm	10,00	UN	R\$	43,28	R\$ 432,80	R\$ 520,83
4.1.2	CDHU	46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	69,50	M	R\$	31,20	R\$ 2.168,40	R\$ 2.609,45
4.2	TUBULAÇÕES FRIGORÍGENAS						R\$ 8.841,16		
4.2.1	CDHU	46.27.060	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/4", inclusive conexões	78,00	M	R\$	19,74	R\$ 1.539,72	R\$ 1.852,90
4.2.2	CDHU	46.27.090	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/2", inclusive conexões	78,00	M	R\$	37,87	R\$ 2.953,86	R\$ 3.554,68
4.2.3	CDHU	32.11.270	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/4" (cobre)	78,00	M	R\$	18,38	R\$ 1.433,64	R\$ 1.725,24
4.2.4	CDHU	32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	78,00	M	R\$	18,20	R\$ 1.419,60	R\$ 1.708,35
4.3	INTERLIGAÇÕES ELÉTRICAS						R\$ 3.347,24		
4.3.1	CDHU	38.19.220	Eletroduto de PVC corrugado flexível reforçado, diâmetro externo de 32 mm	78,00	M	R\$	19,14	R\$ 1.492,92	R\$ 1.796,58
4.3.2	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	10,00	CJ	R\$	32,96	R\$ 329,60	R\$ 396,64
4.3.3	COMPOSIÇÃO	C02	Cabo cobre flexível 'PP' de 4x2,5mm², isolamento 450/750V - isolação PVC 70°C - fornecido e instalado	78,00	m	R\$	12,29	R\$ 958,96	R\$ 1.154,02
5	FECHAMENTOS INTERNOS						R\$ 20.113,36		
5.1	ELEMENTOS VAZADOS - VENTILAÇÃO PERMANETE						R\$ 10.458,10		
5.1.1	CDHU	03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	3,00	M3	R\$	81,44	R\$ 244,32	R\$ 294,01
5.1.2	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	3,60	M3	R\$	106,90	R\$ 384,84	R\$ 463,12
5.1.3	CDHU	14.04.220	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 19 cm	30,00	M2	R\$	95,09	R\$ 2.852,70	R\$ 3.432,94
5.1.4	CDHU	17.02.020	Chapisco	60,00	M2	R\$	7,01	R\$ 420,60	R\$ 506,15
5.1.5	CDHU	17.02.120	Emboço comum	60,00	M2	R\$	22,76	R\$ 1.365,60	R\$ 1.643,36



Assinado por Angelo Henrique Dinhané Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.

Validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 70e7448d-e5a2-46cf-b644-c2873bfabdec


<div>MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL</div>			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL		Referências orçamentárias:			Regime de empreitada global	
			DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS		Base	Nº	Publicação		
			Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula		CDHU	193	Fevereiro/2024	Serviços com fornecimento de material,	
			Endereço: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP		SINAPI	02/2024	20/03/2024	mão-de-obra e equipamentos	
			Elaboração: Abril/2024		SIURB	JAN/2024	14/05/2024	BDI: 20,34%	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO		TOTAL	TOTAL COM BDI
						MAT. + M.O.			
5.1.6	CDHU	17.02.220	Reboco	60,00	M2	R\$	13,22	R\$ 793,20	R\$ 954,54
5.1.7	CDHU	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	60,00	M2	R\$	14,89	R\$ 893,40	R\$ 1.075,12
5.1.8	CDHU	33.10.010	Tinta látex antimofo em massa, inclusive preparo	60,00	M2	R\$	28,93	R\$ 1.735,80	R\$ 2.088,86
5.2	FECHAMENTO INFRAESTRUTURA DO AR-CONDICIONADO					R\$	9.655,26		
5.2.1	CDHU	14.30.260	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 30 minutos, espessura 73/48mm - 1ST / 1ST	38,00	M2	R\$	167,32	R\$ 6.358,16	R\$ 7.651,41
5.2.2	CDHU	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	38,00	M2	R\$	14,89	R\$ 565,82	R\$ 680,91
5.2.3	CDHU	33.10.010	Tinta látex antimofo em massa, inclusive preparo	38,00	M2	R\$	28,93	R\$ 1.099,34	R\$ 1.322,95
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES					R\$	2.572,27		
6.1	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	150,00	M2	R\$	14,25	R\$ 2.137,50	R\$ 2.572,27
						TOTAL GERAL C/ BDI:		R\$	316.157,17

São Manuel, 14 de maio de 2024

Ângelo Henrique Dinhane Vassoler
Engenheiro Civil - CREA-SP: 5070327595



Assinado por Ângelo Henrique Dinhane Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 70e7448d-e5a2-46cf-b644-c2873bfabdec

 MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL			PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL		Referências orçamentárias:			Regime de empreitada global	
			DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS		Base	Nº	Publicação		
			Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula		CDHU	193	Fevereiro/2024	Serviços com fornecimento de material,	
			Endereço: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP		SINAPI	02/2024	20/03/2024	mão-de-obra e equipamentos	
			Elaboração: Abril/2024		SIURB	JAN/2024	14/05/2024	BDI: 20,34%	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO		QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO MAT. + M.O.	TOTAL	TOTAL COM BDI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO		QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO MAT. + M.O.	TOTAL	TOTAL COM BDI



Assinado por Angelo Henrique Diniane Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 70e7448d-e5a2-46cf-b644-c2873bfabdec

MEMORIA DE CÁLCULO**SERVIÇOS PRELIMINARES**

Placa de obra: Segundo as dimensões convencionais adotadas pelo município, isto é, 2,00x1,20m²

Área: 2,40 m²

REFORÇO ESTRUTURAL

Pontos hipotéticos de reforço necessários: 47,00

DEMOLIÇÃO COMPLETA DA CALÇADA EXTERNA

Espessura de pisos externos:	7,00	cm
Área de calçadas:	123,80	m ²
Volume de demolição	8,67	m ³
Coeficiente de empolamento - entulho	20,00	%
Volume de entulho:	10,40	m ³
Escavação valas - área externa		
Custo contemplado no custo de execução da estaca mega		

REFORÇO - ESTACAS MEGA

Quantidade de perfurações:	47,00	pontos
----------------------------	-------	--------

FECHAMENTO DE VALAS

Hipótese: Aterrar vala escavada na altura de 70cm, fechamento do restante com concreto

Profundidade de reaterro:	0,70	m
Área em projeção da vala:	1,00	m ²
Volume de reaterro por ponto:	0,70	m ³
Quantidade de perfurações:	47,00	unidades
Volume de reaterro total:	32,90	m ³
Volume de reaterro empolado:	39,48	m ³
Solo escavado total:	37,60	m ³
Bota-fora:	4,70	m ³
Profundidade de concreto:	0,10	m
Área em projeção da vala:	1,00	m ²
Volume de concreto por ponto:	0,100	m ³
Quantidade de perfurações internas:	17,00	unidades
Volume de concreto total - interno:	1,70	m ³



MEMORIA DE CÁLCULO**NOVA CALÇADA EXTERNA****Lastro de brita:**

Espessura: 2,00 cm

Volume: 2,48 m³

Área: 123,80 m²

Conforme área em planta

ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS**INSTALAÇÃO DE NOVO PADRÃO DE ENTRADA****Rasgo em alvenaria**

Largura: 0,40 m

Altura - muro: 2,00 m

Espessura do muro: 0,15 m

Volume: 0,120 m³

Coeficiente empolamento - entulho: 20 %

Entulho: 0,144 m³

Fechamento

Largura: 0,40 m

Altura - muro: 2,00 m

Área: 0,80 m²

Chapisco: 1,60 m²

Emboço: 1,60 m²

Reboco: 1,60 m²

Tinta acrílica: 1,60 m²

Novo quadro geral

Instalação de um quadro, contendo um disjuntor geral (200A), um disjuntor para a alimentação do quadro existente e um disjuntor para o quadro de ar condicionado a instalar
Efetuar barramento do quadro. Foi considerado 0,6kg/disjuntor

Interligação - Poste de entrada e Novo Quadro Geral

Interligação poste e quadro por meio de eletroduto galvanizado aparente

Trecho enterrado

Extensão em planta: 6,75 m

Demolição: 0,34 m³

Coeficiente empolamento - entulho: 20,00 %

Entulho: 0,41 m³

Escavação

Largura da vala: 0,50 m

Profundidade: 0,50 m

Volume: 1,69 m³

Eletroduto kanaflex - 75mm: 6,75 m

Caixas de passagem/inspeção: 2,00 unidades

Reaterro: 2,03 m³

(volume de solo empolado)



MEMORIA DE CÁLCULO

Eletroduto galvanizado	
Subida - Caixa de inspeção - topo alvenaria:	3,00 m
Extensão em planta - externo:	3,00 m
Extensão em planta - interno:	1,00 m
Descida até quadro:	1,20 m
Total:	8,20 m

Cabos		
Por fase - 95mm²	9,20 m	(acrescido 1,00m para emendas)
3F+1N	36,80 m	
Terra- 50mm²	9,20 m	

Recomposição calçada:
Igual ao volume demolido

Interligação - Novo Quadro Geral - Quadro Existente

Interligação novo quadro e quadro existente - eletroduto galvanizado		
Extensão em planta entre quadros:	2,50 m	
Condutetes: uma unidade em cada elemento a interligar		
Cabo 35mm²:	3,00 m	(0,50m adicional p/ emenda)
Quantidade:	4,00 unidades	(3F, 1N)
Total:	12,00 m	
Cabo 25mm²	3,00 m	(T)

INFRAESTRUTURA ELÉTRICA**ALIMENTAÇÃO QDFAC**

Eletrocalha 150x100	
Extensão em planta- diretamente do AutoCad:	60,00 m
Subidas e descidas:	3,00 m
Total:	63,00 m

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO E DISJUNTORES

O serviço será pago por um (unidade) de quadro de distribuição instalado, considerando-se inclusive os respectivos circuitos de reserva, para efeito de determinação do tipo de quadro utilizado.

O custo unitário remunera o fornecimento e instalação do quadro de distribuição especificado, inclusive a respectiva chave geral e o barramento de fases, neutro e terra. Nos quadros de distribuição com 4 e 12 disjuntores não estão incluídos os barramentos de fase.

(VER CRITÉRIO DO ITEM)

Instalação de um quadro

Disjuntores conforme quadro de cargas

ALIMENTAÇÃO DOS ARES-CONDICIONADOS

Eletrodutos galvanizados diretamente do AutoCad	
Φ 1	35,00 m



MEMORIA DE CÁLCULO

Eletrocalha	100x50	72,00 m
Conduletes	Φ 1	20,00 unidades

CABEAMENTO**ALIMENTAÇÃO QDFAC**

Extensão total - QUADRO GERAL ao QDFAC:	63,00 m	
Nº de cabos - 70mm²:	4,00 unidades	(3F, 1N)
Total:	256,00 m	(acrescido 1,00m para emendas)
Nº de cabos - 35mm²:	1,00 unidade	(1T)
Total:	64,00 m	(acrescido 1,00m para emendas)

ALIMENTAÇÃO PONTOS DE CONSUMO

Trecho	Extensão	Bitola	Nº cabos	SubTotal
1	3,90	4,0mm²	3	11,70
2	7,25	4,0mm²	3	21,75
3	3,90	4,0mm²	3	11,70
4	2,60	4,0mm²	6	15,60
5	7,30	4,0mm²	6	43,80
6	3,90	4,0mm²	3	11,70
7	7,20	4,0mm²	3	21,60
8	3,90	4,0mm²	3	11,70
9	14,40	4,0mm²	12	172,80
10	4,40	4,0mm²	12	52,80
11	2,60	4,0mm²	6	15,60
12	7,25	4,0mm²	3	21,75
13	3,90	4,0mm²	3	11,70
14	3,90	4,0mm²	3	11,70
15	16,10	4,0mm²	6	96,60
16	2,60	4,0mm²	6	15,60
17	3,90	4,0mm²	3	11,70
18	7,20	4,0mm²	3	21,60
19	3,90	4,0mm²	3	11,70
TOTAL:				593,10 m

INFRAESTRUTURA AR-CONDICIONADO

Caixas:	10,00 unidades	(quantidade de ar a instalar)
Drenos		
Extensão por dreno:	6,95 m	
Nº de ares-condicionados:	10,00 unidades	
Total:	69,50 m	
Tubulações e isolamentos		
Extensão por dreno:	7,80 m	
Nº de ares-condicionados:	10,00 unidades	
Total:	78,00 m	




MEMORIA DE CÁLCULO**Interligação elétrica**

Extensão necessária por ar:	7,80 m
N° de ares-condicionados:	10,00 unidades
Total:	78,00 m

FECHAMENTOS INTERNOS**ELEMENTOS VAZADOS - VENTILAÇÃO PERMANETE**

Dimensão elemento vazado:	1,50x1,00 m ²	
	1,50 m ²	
Quantidade por sala:	2,00 unidades	
Quantidade de salas:	10,00 unidades	
Área total:	30,00 m ²	
Espessura:	0,10 m	
Volume de demolição:	3,00 m ³	
Coefficiente empolamento - entulho:	20,00 %	
Volume de entulho a considerar:	3,60 m ³	
Fechamento em alvenaria:	30,00 m ²	
Chapisco/Emboço/Reboco/Massa/Tinta:	60,00 m ²	(ambos os lados)
DRYWALL para embutimento das tubulações:		
Área por sala:	3,80 m ²	
N° de salas:	10,00 salas	
Total:	38,00 m ²	
Massa e tinta:	38,00 m ²	



 MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL	
	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS	
	Obra:	Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas
	Endereço:	Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP
Data base:		Abril/2024

COMPOSIÇÕES

CÓDIGO	ITEM	UNID.	COEF.	valor unit	M.O. + Encargos/Material
C01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA - CATEGORIA C6 - COMPLETO, INCLUSO TODOS OS COMPONENTES	un			
2041	ELETRICISTA (SGSP)	H	40,0000	R\$ 32,16	R\$ 1.286,40
2044	AJUDANTE DE ELETRICISTA (SGSP)	H	40,0000	R\$ 23,87	R\$ 954,80
17715	ARAME GALVANIZADO N. 14	Kg	0,2000	R\$ 14,50	R\$ 2,90
50826	CAIXA PARA MEDIDOR TIPO M EXT - (120X90X25)CM	Un	1,0000	R\$ 1.656,86	R\$ 1.656,86
50827	CAIXA PARA MEDIDOR TIPO T - (90X60X25)CM	Un	1,0000	R\$ 581,55	R\$ 581,55
50830	CAIXA VENEZ. TP.-TELEBRAS - 15X25X10CM	Un	1,0000	R\$ 83,45	R\$ 83,45
51602	CURVA 90 AÇO GALVANIZADO PARA ELETRODUTO - 3/4"	Un	2,0000	R\$ 6,10	R\$ 12,20
51610	CURVA 90 AÇO GALVANIZADO PARA ELETRODUTO - 4"	Un	2,0000	R\$ 166,90	R\$ 333,80
51641	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO A FOGO TIPO SEMI-PESADO/MÉDIO ROSCA NBR 8133 - ESP. 1,50MM - 3/4"	M	9,0000	R\$ 18,37	R\$ 165,33
51649	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO A FOGO TIPO SEMI-PESADO/MÉDIO ROSCA NBR 8133 - ESP. 1,50MM - 4"	M	6,0000	R\$ 90,74	R\$ 544,44
51651	LUVA AÇO GALVANIZADO - 3/4"	Un	5,0000	R\$ 1,44	R\$ 7,20
51659	LUVA DE AÇO GALVANIZADO - 4"	Un	5,0000	R\$ 18,64	R\$ 93,20
51678	CURVA 135 AÇO GALV. - 4"	Un	1,0000	R\$ 253,38	R\$ 253,38
52431	ELETRODUTO DE PVC ROSCAVEL DN: 3/4"	M	3,0000	R\$ 5,82	R\$ 17,46
52471	CURVA 90 PVC RÍGIDO P/ ELETR. ROSC. - 25MM (3/4)	Un	3,0000	R\$ 5,84	R\$ 17,52
52811	CABO 95;00 MM2 - ISOLAMENTO P/ 0;7 KV - FLEXÍVEL	M	30,0000	R\$ 70,16	R\$ 2.104,80
52849	CABO DE COBRE NU - 50,00MM2	M	4,0000	R\$ 32,35	R\$ 129,40
53279	CHAVE SECCIONADORA TRIP. ABERTURA SOB CARGA - 400A/500V - SEM FUSÍVEIS	Un	1,0000	R\$ 975,60	R\$ 975,60
54028	BARRAMENTO DE COBRE PARA 200A - 25X4MM	M	0,2000	R\$ 126,75	R\$ 25,35
54576	SUORTE DE FIXAÇÃO PARA 2 DISJUNTORES GERAL	Un	2,0000	R\$ 3,69	R\$ 7,38
57214	CAIXA INSPEÇÃO ATERR.C/TAMPA E ALÇA	Un	1,0000	R\$ 58,33	R\$ 58,33
57610	HASTE TIPO COPPERWELD ALTA CAMADA - 5/8"X3,00M	Un	1,0000	R\$ 168,02	R\$ 168,02
58020	CONECTOR PARA HASTE TIPO COPPERWELD	Un	1,0000	R\$ 47,79	R\$ 47,79
58035	CONECTOR TIPO SPLIT-BOLT PARA CABO DE 120MM2	Un	1,0000	R\$ 31,75	R\$ 31,75
58038	CONECTOR TIPO SPLIT-BOLT PARA CABO DE 240MM2	Un	6,0000	R\$ 72,23	R\$ 433,38
58412	BUCHA E ARRUELA DE ZAMACK - 3/4"	Un	4,0000	R\$ 1,02	R\$ 4,08
58420	BUCHA E ARRUELA DE ZAMACK - 4"	Un	6,0000	R\$ 15,14	R\$ 90,84
58602	POSTE DE CONCRETO DUPLO T - H=7,50M - 90KG	Un	1,0000	R\$ 582,29	R\$ 582,29
59005	ALÇA COM ISOLADOR DE PORCELANA TIPO TELESP	Un	1,0000	R\$ 26,04	R\$ 26,04
59010	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA (PRESBOW) - 3 ESTRIBOS	Un	1,0000	R\$ 41,13	R\$ 41,13
59020	BLOCO DE LIGAÇÃO EXT.BLE-2 (CAIXA) C/KIT DE INSTAL: C/ ISOL PORC.2RP, PARAF.PR60 C/ PORC.F.SUORTE TIPO DM-PADR.TELESP	Un	1,0000	R\$ 7,01	R\$ 7,01
59021	CINTA DE AÇO GALVANIZADO DIÂMETRO 170MM	Un	6,0000	R\$ 56,30	R\$ 337,80
59030	FITA ISOLANTE ROLO DE 19MM X 20M - COR PRETA	M	8,1500	R\$ 0,49	R\$ 3,99
2377	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 200 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	Un	1,0000	R\$ 466,20	R\$ 466,20
					R\$ 11.551,67


CÓDIGO	ITEM	UNID.	COEF.	valor unit	M.O. + Encargos/Material
C02	Cabo cobre flexível 'PP' de 4x2,5mm², isolamento 450/750V - isolação PVC 70°C - fornecido e instalado	m			
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0400	R\$ 41,32	R\$ 1,65
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0400	R\$ 30,93	R\$ 1,24
P.08.000.090853	Cabo cobre flexível 'PP' de 4x2,5mm², classe 5 de encordoamento, isolamento 450/750V - isolação PVC 70°C	m	1,0200	R\$ 9,22	R\$ 9,40
					R\$ 12,29

São Manuel, 14 de maio de 2024

Angelo Henrique Dinhane Vassoler
Engenheiro Civil - CREA - SP: 5070327595



Assinado por Angelo Henrique Dinhane Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 67d85df2-c31c-4860-a8ad-90221cbe11e6



MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL

Obra:

Endereço:

Data Base:

Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da

Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP

Abril/2024

Referência:

CDHU 193, SINAPI 02/2024, SIURB JAN-2024

CÁLCULO DO BDI

Referência: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

CLASSIFICAÇÃO DA OBRA

	Tipo de obra	1º Quartil	Médio	3º Quartil
	Construção de Edifícios	20,34%	22,12%	25,00%

COMPONENTES DO BDI

Componente	1º Quartil	Médio	3º Quartil	ADOTADO	
AC	Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%	3,43%
S + G	Seguro + Garantia	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%
R	Risco	0,97%	1,27%	1,27%	0,97%
SOMA				5,20%	
DF	Despesa Financeira	0,59%	1,23%	1,39%	0,59%
L	Lucro	6,16%	7,40%	8,96%	6,16%

I

Impostos

6,65%

ISS

3,00%

PIS

0,65%

COFINS

3,00%

FÓRMULA DO BDI

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

CÁLCULO DO BDI


BDI = 20,34%

São Manuel, 14 de maio de 2024

Ángelo Henrique Dinahne Vassoler
Engenheiro Civil - CREA-SP: 5070327595



por Angelo Henrique Dinahne Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 6e87b73c-b4da-4b13-a09d-7adda34b28de

 <div>MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL</div>		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL			
		DIRETORIA DE EDUCAÇÃO/DIRETORIA DE OBRAS			
		Obra:	Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula		
		Endereço:	Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Distrito de Aparecida, São Manuel-SP		
		Data Base:	Abril/2024		
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	%	MÊS 01	MÊS 02
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 953,81	0,30%	100%	
2	REFORÇO ESTRUTURAL	R\$ 178.359,14	56,41%	80%	20%
3	ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 98.839,90	31,26%	50%	50%
4	INFRAESTRUTURA AR-CONDICIONADO	R\$ 15.318,68	4,85%		100%
5	FECHAMENTOS INTERNOS	R\$ 20.113,36	6,36%		100%
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 2.572,27	0,81%		100%
TOTALS	ORÇAMENTO TOTAL	R\$ 316.157,17	100,00%		
	VALOR EXECUTADO NO PERÍODO			R\$ 193.061,08	R\$ 123.096,09
	VALOR EXECUTADO ACUMULADO NO PERÍODO			R\$ 193.061,08	R\$ 316.157,17
	% EXECUTADA NO PERÍODO			61,06%	38,12%
	% EXECUTADA ACUMULADA			61,06%	100,00%

São Manuel, 14 de maio de 2024

Ângelo Henrique Dinhane Vassoler

Engenheiro Civil - CREA-SP: 5070327595



Assinado por Ângelo Henrique Dinhane Vassoler (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Validação de assinaturas: <https://assinador.4rtec.com.br/verificacao.aspx>, código: 2a1b4085-e389-463e-91b6-d3a26606e714



MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Execução de reforço estrutural e adequações elétricas na unidade escolar EMEF Hélio da Silva - Bloco Salas de Aula

Local: Rua Antônio Serafim, s/n, Vila Ayres, Aparecida

Coordenadas geográficas: 22°43'50.6"S 48°36'58.3"W

1.Objetivo

O memorial descritivo, como parte integrante do projeto, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

2.Minuta

Para a realização da obra, a empresa contratada nos devidos trâmites da lei terá como escopo os projetos básicos e as devidas recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), devendo atender as especificações vigentes, servindo de documento hábil à ação da fiscalização. Qualquer dúvida sobre os detalhes deste projeto deverá ser discutida com a fiscalização de obras com antecedência.

Deverá ser mantido na obra cópia dos Projetos, Memorial descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, uma cópia da ART de execução devidamente preenchida e recolhida junto ao CREA. Todos os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente o projeto em sua forma, dimensões e concepção.

Normas e instruções técnicas aplicáveis:

- ABNT NBR 6.118/2014 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimento;
- ABNT NBR 6.122/2019 – Projeto e execução de fundações;
- ABNT NBR 6123:1987 – Forças devidas ao vento em edificações – Procedimento;
- ABNT NBR 14.931/2004 – Execução de estruturas de concreto - Procedimento;
- ABNT NBR 7480:2007 – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado –

Especificação;

- ABNT NBR 12655:2015 – Concreto de cimento Portland – preparo, controle, recebimento e aceitação –

Procedimento;

- Outras normas correlatas.

3.Considerações iniciais

A Contratada, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com a obra, deve ter, obrigatoriamente, conhecimento total e perfeito de todo o projeto com respectivo memorial, deste caderno de especificações e das condições locais onde serão executadas as obras.

A Contratada deve ter ciência prévia das condições do local, dos critérios de quantificação do orçamento e critérios de medição, condicionados à aceitação do serviço e plena aplicação na obra.

A Contratada, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços a serem adotados na execução da obra.

Os materiais empregados na obra serão de primeira qualidade, sendo que a fiscalização terá plenos poderes para solicitar a qualquer momento ensaios que atestem a qualidade, podendo rejeitar, sem qualquer ônus para a Contratante, os materiais que estiverem em desacordo com o especificado em projeto, no memorial descritivo ou mesmo quando a fiscalização constatar qualquer irregularidade. O mesmo aplica-se aos serviços,





que, caso em desacordo, deverão ser refeitos sem qualquer prejuízo à contratante, conforme avaliação da Fiscalização. Deverão permanecer no canteiro de obras apenas os materiais que estiverem sendo utilizados. Portanto, não será permitido, em hipótese alguma, o acúmulo de materiais ou entulho no canteiro, ou mesmo nas imediações da obra. O canteiro deverá estar sempre limpo e com bom aspecto, ficando a cargo da CONTRATADA a sua limpeza.

As atividades devem seguir rigorosamente as normas de segurança vigentes, a citar, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial, a NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e fiscalização dos equipamentos de segurança aos colaboradores.

A Contratada é diretamente responsável pela exatidão e observância das medidas, características técnicas e quantidades das instalações estabelecidas em projeto, inclusive resolução de interferências eletromecânicas na obra.

Caso necessário, a fiscalização poderá exigir à CONTRATADA, após a conclusão dos serviços, a execução do "as built" das instalações indicando as modificações que se fizeram necessárias.

4.Descrição dos serviços

4.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DE OBRA

Sinalização de obra com placa de identificação conforme os padrões adotados pela prefeitura, apresentando dimensões de 2,00x1,20m.

4.2 REFORÇO ESTRUTURAL

4.2.1 DEMOLIÇÃO E ESCAVAÇÃO - CALÇADA EXTERNA

Deverá ser feita a demolição completa da calçada externa do bloco a receber o reforço estrutural. Posteriormente, deverá ser feita a escavação de vala para a execução dos serviços de reforço, possibilitando-se, portanto, a abertura de uma câmara de trabalho sob as fundações a serem reforçadas, com dimensões mínimas para instalação e manuseio dos macacos e elementos da estaca.

Todo o entulho gerado das atividades de demolição deverá ser retirado e devidamente encaminhado para um aterro de resíduos inertes, conforme as legislações ambientais e demais disposições. O solo oriundo da escavação deve ser preservado para o reaterro da vala.

4.2.3 REFORÇO - ESTACAS MEGA

O reforço da estrutura será com estacas Mega, uma vez que é um elemento indicado e frequentemente utilizado na região para estruturas que apresentam problemas de comportamento das fundações originais, em especial, nos locais com restrição de espaço e mobilidade e também em situações de risco de instabilidade, pois não provoca vibrações.

As estacas deverão ter capacidade para até 20 toneladas cada, executadas com concreto de fck igual a 20 MPa.

Após a escavação, posiciona-se o primeiro segmento e instala-se o macaco hidráulico, que deverá reagir contra a própria estrutura da edificação ou um sistema especialmente montado para reação. Inicia-se a cravação, aplicando-se estágios crescentes de pressão, até atingir-se a carga especificada em projeto. A carga de cravação deve ser maior ou igual a 1,5 vezes a carga admissível da estaca. Atingida a carga especificada, posiciona-se o cabeçote (peça em forma de U) e retira-se o macaco hidráulico. O encunhamento do cabeçote à estrutura existente deve ser feito por meio de cunhas e calços. Caso sejam utilizados segmentos vazados de concreto, deverá ser colocada uma ou mais barras de aço em seu centro, preenchendo-se posteriormente o vazio com





graute para garantir a continuidade do elemento. Casos especiais poderão exigir a construção prévia de vigas de concreto para resistirem aos esforços aplicados pelo macaco hidráulico.

Serão exigidos pela fiscalização os seguintes documentos para aceite dos serviços:

(a) Controle de qualidade:

Durante a execução de estacas de reação devem ser anotadas em planilha específica as seguintes informações mínimas:

- Identificação de projeto do elemento;
- Características dos dispositivos de cravação;
- Comprimento cravado, em relação à cota de referência;
- Horário de início e fim da cravação;
- Eventuais desvios de locação ou de verticalidade;
- Identificação do lote e fornecedor dos segmentos de aço ou concreto;
- Informações sobre a armação empregada e o graute (quando forem estacas vazadas de concreto);
- Descrição de eventuais anormalidades durante o processo executivo.

(b) Condições para recebimento dos serviços:

Para recebimento da obra a Fiscalização exigirá:

- As planilhas de controle de todas as estacas executadas, com as cargas atingidas durante a cravação (a Fiscalização deve confirmar as leituras dos manômetros);
- O projeto "as built" (como executado) das fundações da obra;
- Os resultados dos ensaios de controle de qualidade dos segmentos que compõem a estaca, seguindo as exigências das Normas Técnicas vigentes.

4.2.4 FECHAMENTO DAS VALAS

Deverá ser realizado o reaterro das valas anteriormente abertas, sendo devidamente compactadas. As profundidades finais deverão ser concretadas, regularizando o acabamento final com o piso adjacente. O excedente de solo será destinado como bota-fora. Para as áreas internas, deverá ser feita a recomposição do piso em cimento queimado, atingindo a maior homogeneidade possível com o piso circundante.

4.2.5 NOVA CALÇADA EXTERNA

O solo deverá ser regularizado e receber um lastro de pedra britada na espessura mínima de 2cm.

Posteriormente, executar a calçada externa com espessura mínima de 06cm, armada com tela de aço soldada nervura Q-196 (Diâmetro do fio = 5,0 mm, largura = 2,45 m, espaçamento da malha = 10 x 10 cm), instalada sobre lona plástica preta, e= 150 micra.

Procedimento executivo: Sobre a camada granular devidamente nivelada e regularizada, montam-se as fôrmas que servem para conter e dar forma ao concreto a ser lançado, coloca-se lona plástica e, sobre ela, são colocadas as telas de armadura. Finalizada a etapa anterior é feito o lançamento, espalhamento, sarrafeamento e desempenho do concreto. Para aumentar a rugosidade do pavimento, fazer uma textura superficial por meio de vassouras, aplicadas transversalmente ao eixo da pista com o concreto ainda fresco. Por último, são feitas as juntas de dilatação.

4.3 ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS

4.3.1 INSTALAÇÃO DE NOVO PADRÃO DE ENTRADA





Deverá ser feita uma demolição parcial no muro existente (rasgo) para a instalação do novo padrão de entrada de energia.

O custo unitário remunera o fornecimento do material necessário à instalação da entrada especificada, inclusive poste, caixas e respectivo aterramento, bem como sua execução, estritamente de acordo com as normas vigentes das concessionárias locais de energia elétrica, incluso disjuntores, cabos de entrada, entre outros.

A critério da fiscalização, o poste antigo remanescente poderá ser retirado. Realizar o fechamento dos vãos com alvenaria de blocos cerâmicos e dar acabamento convencional em chapisco, emboço, reboco e tinta acrílica.

A contratada deverá tomar, junto à Concessionária local, todos os procedimentos necessários para a ligação do novo padrão de energia.

- Novo quadro geral e interligações

Na secretaria, ao lado do quadro existente, deverá ser instalado um novo quadro geral, contendo um disjuntor geral (200A), um disjuntor para o quadro antigo (100A) e um disjuntor para o quadro do ar condicionado (150A). No trecho enterrado, deverá ser feita a passagem de um eletroduto corrugado do tipo Kanaflex DN 75mm, executado-se, ao longo do caminho, caixas de passagem retangulares pré-moldadas. Feita a passagem dos eletrodutos, a vala deverá ser reaterrada, compactando-se o solo. A calçada demolida deverá ser recomposta.

Para o trecho aparente, utilizar eletroduto galvanizado de diâmetro nominal de 2 1/2". Realizar a passagem de 03 (três) fases e 01 (um) neutro de 95mm² e um condutor terra de 50mm². Utilizar a legenda de cores para identificação dos condutores conforme normatizado pela ABNT NBR 5410.

Realizar a interligação do novo quadro geral ao quadro da escola por meio de eletroduto galvanizado de 2" com a passagem de 03 (três) fases e 01 (um) neutro de 35mm² e um condutor terra de 25mm².

4.3.2 INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

- Alimentação do Quadro de Distribuição do Ar Condicionado

O encaminhamento até o quadro de distribuição do Ar Condicionado será através de eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 150x100 mm, já contemplando todos os acessórios necessários, vide traçado em projeto. Após a passagem dos cabos, instalar tampa. Os suportes da eletrocalha deverão ser dispostos a, no mínimo, 1,5m.

- Quadro de distribuição e disjuntores

O quadro será em chapa metálica de sobrepor. Conforme critério de medição, o barramento já está incluso no custo:

"O serviço será pago por um (unidade) de quadro de distribuição instalado, considerando-se inclusive os respectivos circuitos de reserva, para efeito de determinação do tipo de quadro utilizado. O custo unitário remunera o fornecimento e instalação do quadro de distribuição especificado, inclusive o barramento de fases, neutro e terra."

Instalar os disjuntores para os 10 ares-condicionados a instalar (instalação imediata) conforme quadro de cargas. Para cada disjuntor, instalar um dispositivo diferencial residual compatível com a carga.

- Alimentação dos ares-condicionados

O encaminhamento será por meio de eletrocalhas, nas dimensões indicadas. Para a alimentação das evaporadoras, partirão eletrodutos provenientes das eletrocalhas. Os eletrodutos galvanizados serão aparentes,





instalado na proximidade do forro. Qualquer alteração deve ser comunicada à fiscalização. A fixação dos eletrodutos deverá ser feita por meio de braçadeiras (mínimo a cada 1,00m). As eletrocalhas, por sua vez, serão fixadas a cada 1,5m, no mínimo.

Furações em paredes, lajes e peças estruturais não poderão ser feitas. Qualquer danificação ficará a cargo da Contratada a restauração da área afetada.

- Cabeamento

Os condutores devem ser tipo cabos elétricos flexíveis de cobre isolado. Nas áreas externas, os cabos deverão ser com dupla isolamento 0,6/1KV.

A padronização das cores dos condutores deverá ser:

- fases: preto e vermelho;
- neutro: azul;
- terra: verde;

Não será admissível a emenda e conexão dos cabos pela simples torção entre si.

As curvas dos cabos/fios não deverão apresentar ângulos vivos e sempre deverão ser feitas manualmente, sem o uso de equipamentos, de forma a não alterar as características dos materiais condutores e isolantes.

As recomendações dos fabricantes e das normas vigentes deverão ser atendidas quanto ao método, raios mínimos e demais detalhes de instalação.

Condutores com diferença entre suas bitolas de mais de três pontos não poderão ser instalados no mesmo eletroduto (exemplo 2,5 mm² e 16 mm²).

Quando instalados em eletrodutos, a identificação com o número do circuito nos condutores deverá existir em todas as caixas de passagem.

Os circuitos deverão ser instalados em forma de trifólio para evitar indutâncias mútuas entre fases. Não será permitida a passagem de fases separadas de um mesmo circuito em eletrodutos diferentes.

A alimentação do quadro será por meio de cabos de 70mm² (03 fases, 01 neutro) e de 35mm² para o terra e neutro. O isolamento deve ser do tipo 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C.

Os pontos de consumo deverão ser alimentados com cabos de 4mm².

4.4 INFRAESTRUTURA AR-CONDICIONADO

- Caixas de passagem e dreno

Executar as caixas de passagem e instalar os drenos do ar condicionado, direcionando-os para a parte externa da edificação segundo o menor caminho possível. Os drenos deverão ser executados em tubos de PVC marrom de diâmetro nominal de 25mm. As tubulações serão embutidas em parede falsa de drywall.

- Tubulações frigoríferas

Considerando que serão instalados ares-condicionados de 18.000 BTU/h, as tubulações frigoríferas serão de tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetros de 1/4" (líquido) e 1/2" (sucção), devidamente isoladas por meio de espuma elastomérica. Verificar as especificações do fabricante.

- Interligações elétricas

Realizar a interligação elétrica entre condensadora e evaporadora através de cabos PP 4x2,5mm². Proteger o cabeamento por meio de eletroduto de PVC corrugado flexível reforçado, diâmetro externo de 32 mm





4.5 FECHAMENTOS INTERNOS

- *Elementos vazados*

Os elementos vazados deverão ser demolidos e o vão da parede correspondente à ventilação permanente deverá ser fechado por meio de alvenaria de bloco cerâmico de vedação de espessura nominal de 19cm. Em ambas as faces das paredes, dever-se-á realizar o acabamento convencional em revestimento argamassado, aplicação de massa corrida e pintura com tinta látex.

- *Fechamento infraestrutura do ar-condicionado*

A infraestrutura do ar condicionado deverá ser embutida em paredes falsas de gesso acartonado a serem instaladas. Foi considerada a instalação de uma paleta junto ao forro e outra próxima à janela de modo a embutir as tubulações frigorígenas, o dreno e a interligação elétrica. As larguras das respectivas faixas de divisória serão de 40cm. As divisórias deverão receber aplicação de massa corrida e pintura com tinta látex.

4.6 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Os locais de intervenção deverão ser limpos, deixando-os pronto para o pleno uso.

4.7 OBSERVAÇÕES FINAIS

- ESCOPO DE FORNECIMENTO

Estão inclusos todos os equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos serviços, inclusive transporte de equipamentos; todos os equipamentos de EPI's; mão de obra especializada necessária, devidamente uniformizada e identificada; impostos, taxas e encargos sociais; materiais de consumo tais como: lixas; brocas; eletrodos; disco de corte; fitas; etc.

A CONTRATADA deverá fornecer ART (Atestado de responsabilidade técnica - CREA).

A responsabilidade sobre SUBCONTRATADOS é da CONTRATADA.

- GARANTIAS TÉCNICAS.

A Contratada deverá garantir o perfeito funcionamento das instalações.

A Contratada deverá substituir sem nenhum ônus à contratante, qualquer material que apresentar problemas devido à instalação imprópria.

São Manuel, 14 de maio de 2024.

Ângelo Henrique Dinhane Vassoler
Engenheiro Civil – CREA-SP:5070327595



